

Classificação da publicação

“O Portomosense”

(Aprovada em reunião plenária de 21.JAN.04)

J7

I. Introdução

1. O Instituto de Comunicação Social (ICS) solicitou, em 07 de Outubro último, à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACCS), ao abrigo do disposto na alínea o) do art.º 4º da Lei n.º 43/98, de 6 de Agosto, a classificação da publicação “O Portomosense”.
2. Para instrução deste pedido foram enviados a esta AACCS:
 - a) Os exemplares n.º 485, 489, 491 e 492 respectivamente de 24 de Abril, 19 de Junho, 24 de Julho e 07 de Agosto de 2003;
 - b) Uma declaração daquele periódico onde se diz que o mesmo é posto à venda nas bancas de Alqueidão da Serra, Arrimal, Juncal, Mira de Aire, Porto de Mós, São Bento, Mendiga, São Jorge e Pedreiras e remetido por assinatura para os distritos de Lisboa, Santarém, Leiria, Setúbal, Coimbra, Viseu, Porto, Aveiro, Braga, Bragança, Guarda, Beja, Vila real, Faro, Castelo Branco, Madeira e Açores e ainda para as colónias portuguesas da Austrália, Bélgica, Canadá, Alemanha, Espanha, Brasil, Mónaco, França, África do Sul, Suíça, Estados Unidos da América, Venezuela e Luxemburgo.
3. No seu número 485 é publicado o Estatuto Editorial, onde a publicação se define como “regional”. Assumindo, desde logo, respeitar os princípios deontológicos da imprensa e a ética profissional, de modo a não poder prosseguir apenas fins comerciais, nem abusar da boa fé dos leitores, encobrindo ou deturpando a informação.
4. Pela consulta dos quatro exemplares pode constatar-se que este jornal é editado quinzenalmente.

II. Análise

1. Nos termos legais esta AACCS é competente para a classificação da presente publicação.
2. Nos termos do n.º 1 do art.º 11º e do n.º 1 do art.º 12º da Lei 2/99, de 13 de Janeiro, as publicações são classificadas como periódicas quando são “editadas em série contínua sem limite de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos determinados de tempo” e portuguesas se “editadas em qualquer parte do território português (...), sob a marca e responsabilidade de editor português”.

3. Segundo os n.ºs 1 e 2 do art.º 13º do mesmo diploma legal, são doutrinárias as publicações que pelo seu conteúdo ou perspectiva de abordagem visem predominantemente divulgar qualquer ideologia ou credo religioso” e informativas “as que visem predominantemente a difusão de informação e notícias”.
4. O mesmo artigo, nos seus n.ºs 3 e 4 acrescenta que são de informação geral as publicações que “tenham por objecto predominante a divulgação de notícias ou informação de carácter não especializado” e especializadas “as que se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente científica, artística ou desportiva”.
5. Quando à expansão, o art.º 14º, do mesmo diploma, nos seus n.º 1 e 2, define como publicações de âmbito nacional as que “tratando predominantemente de temas de interesse nacional ou internacional, se destinem a ser postas à venda na generalidade do território nacional”, e de âmbito regional “as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais”.
6. Assim, compulsado o referido periódico e toda o processo remetido, conclui-se que estamos em face de um jornal editado quinzenalmente e em território português. Visa a informação não especializada dos seus leitores. Os seus temas predominantes são de interesse regional (especialmente assuntos cujo horizonte geográfico são dos concelhos de Alqueidão da Serra, Arrimal, Juncal, Mira de Aire, Porto de Mós, São Bento, Mendiga, São Jorge e Pedreiras).

III. Conclusão

Nestes termos, a Alta Autoridade para a Comunicação social delibera, de acordo com o disposto no art.º 4, al. o) da Lei n.º 43/98, de 6 de Agosto, classificar a publicação “O Portomosense” como publicação periódica, portuguesa, de informação geral e âmbito regional.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade com votos a favor de Manuela Matos (relatora) Armando Torres Paulo, Artur Portela, Sebastião Lima Rego, João Amaral, Maria de Lurdes Monteiro, Carlos Veiga Pereira e José Manuel Mendes.

Lisboa, AACCS, 21 de Janeiro de 2004

O Presidente,

Armando Torres Paulo

Armando Torres Paulo
Juiz Conselheiro

MM/IM